



Para Vanessa Grazziotin, corte no Orçamento foi profundo demais



Aloysio Nunes afirma que o Orçamento federal é apenas “para inglês ver”



Romero Jucá, em defesa do governo, vê ação como sinal de responsabilidade



Na visão de Sérgio Souza, Executivo assumiu funções do Legislativo



Cristovam Buarque reclama que governo ignora Congresso Nacional

## Senadores criticam governo por cortar emendas parlamentares

Dos R\$ 55 bilhões do Orçamento que serão contingenciados pelo Executivo neste ano, R\$ 20 bilhões estavam destinados a projetos de senadores e deputados; entre as críticas feitas no Senado, está a de que o Orçamento aprovado pelo Congresso é apenas “peça de ficção”

Senadores reclamaram da decisão do governo de contingenciar R\$ 55 bilhões do Orçamento da União deste ano. Várias áreas do próprio governo perderam verbas, e todas

as emendas parlamentares foram congeladas. Cristovam Buarque afirmou que o Executivo ignora o Legislativo — é o Congresso que vota o Orçamento. Na defesa do governo, Romero Jucá

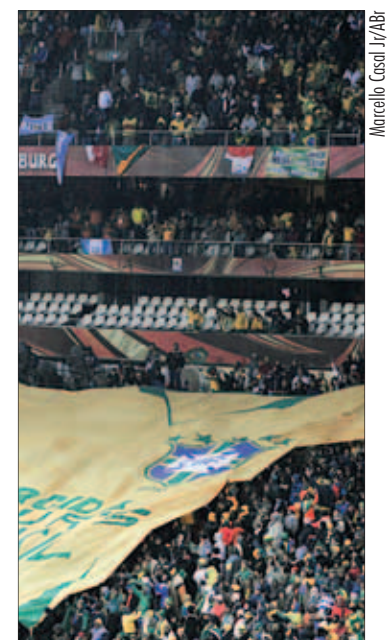
disse que a medida é sinal de responsabilidade fiscal. Ele afirmou que, dependendo da arrecadação federal, as emendas parlamentares poderão ser descongeladas. **7**



Simon (E), ao lado de Suplicy, manifestou ao presidente da CRE, Fernando Collor, preocupação com possível envio de submarino nuclear britânico às Malvinas



### Jucá prevê debate profundo sobre Lei Geral da Copa **2**



Marcello Casal Jr/ABr

Torcida brasileira na Copa de 2010: lei pode liberar álcool nos estádios

### Caso Malvinas e Rio+20 são temas que Patriota discutirá na CRE

O ministro Antonio Patriota participará em 15 de março de debate com os integrantes da Comissão de Relações Exteriores sobre os rumos

da política externa, o cenário internacional e os preparativos para a conferência Rio+20, a ser realizada em junho, no Rio de Janeiro. Entre

os temas na pauta, deve estar a decisão do governo do Reino Unido de enviar às Ilhas Malvinas o navio de guerra Dauntless. **3**

Concurso do Senado tem quase 158 mil inscritos **6**

Lei da Ficha Limpa é constitucional, diz Supremo **4**

Conselho de Justiça é tema de audiência pública dia 28 **5**

Senador quer política para atrair turista estrangeiro **8**

Militar poderá se aposentar por esclerose múltipla **3**

Líder do governo afirma que senadores analisarão com profundidade projeto que cria normas para o período da Copa de 2014; entre os pontos polêmicos, estão a meia-entrada e as bebidas nos estádios



Marcelle Casali Jr/ABR

Venda de bebidas alcoólicas nos estádios e critérios para meia-entrada são pontos polêmicos da Lei Geral da Copa

## Lei Geral da Copa não sai antes de abril, diz Jucá

UMA DAS PRIORIDADES do governo para este ano, o projeto da Lei Geral da Copa, que tramita na Câmara dos Deputados, será um dos desafios dos senadores a partir de abril.

Para o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a sanção presidencial do projeto não ocorrerá até março, contrariando os planos da Fifa, entidade máxima do futebol.

Ele afirmou em entrevista à Agência Senado que o projeto, após votado pelos deputados, será bastante discutido no Senado.

— A Câmara deve votar o projeto até o final de março e depois vamos debater nas comissões do Senado antes de levá-lo a Plenário. Mesmo com um processo célere, é importante o Senado discutir com profundidade a Lei Geral da Copa — disse Jucá.

A proposta ainda aguarda votação na comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto de lei com garantias à Fifa, organizadora da Copa de 2014.

Na terça-feira passada, foi cancelada a votação do texto a pedido do próprio relator da proposta, deputado Vicente Cândido (PT-SP). Ainda não foi

marcada nova data para apresentação, discussão e votação do relatório.

### Polêmicas

A venda de bebidas alcoólicas nas áreas próximas a estádios e a meia-entrada nos jogos são os principais pontos da discórdia entre os parlamentares.

A última versão do relatório permite o consumo de álcool, mas apenas durante os jogos da Copa, e não mais em todos os campeonatos do país, como chegou a ser previsto no primeiro texto.

De acordo com a Agência Câmara, o presidente da co-

missão que analisa a matéria, deputado Renan Filho (PMDB-AL), informou que o relatório não irá propor a liberação de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros fora do período da Copa. Atualmente, o Estatuto do Torcedor proíbe a venda de bebidas nos estádios.

Além das bebidas alcoólicas, há muita polêmica em torno das opções de meia-entrada ou de ingresso social para os idosos, que acabou virando nova categoria de ingressos no relatório. Essa categoria custará R\$ 50 e atenderá também a outros grupos sociais, como índios e beneficiários do Bolsa Família.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Jucá, líder do governo, afirma que Senado discutirá projeto com profundidade

## Líder destaca Programa Viver sem Limites

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), destacou na quarta-feira as ações do Programa Viver sem Limites, voltado para as pessoas com deficiência.

O senador explicou que 15 ministérios trabalham com projetos e atividades transversais para atender um

maior número de pessoas com deficiência com investimentos em acessibilidade, educação, saúde e capacitação profissional. Ele informou que a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vai destinar R\$ 150 milhões a pesquisas e projetos voltados para equipamentos como cadeiras de

roda e pisos especiais.

Além disso, o governo está investindo R\$ 4 bilhões em projetos de acessibilidade para adaptar cidades e 183 núcleos de atendimento já estão funcionando em todo o Brasil promovendo cursos técnicos para pessoas com deficiência.

## Governo federal anuncia apoio ao Amazonas no caso dos haitianos

O governo federal prestará apoio ao Amazonas para atender as demandas de imigrantes haitianos naquele estado. O anúncio foi feito ontem durante reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE). A decisão do governo veio após reunião realizada na terça-feira entre parlamentares, representantes de ministérios e prefeitos de cidades com grande número de migrantes vindos do Haiti.

As áreas de saúde e assistência social são as que receberão reforço por parte do governo federal para atender os migrantes. O Amazonas tem sido o principal destino de haitianos que ingressam no Brasil, em geral de forma irregular, para fugir da miséria e da destruição após o terremoto ocorrido no Haiti em 2010. O Acre também tem recebido migrantes, mas a situação, segundo as autoridades, já está quase solucionada.

As ações do governo foram motivadas por diversas manifestações de senadores, especialmente dos estados atingidos, sobre a situação dos migrantes. Em audiência pública realizada segunda-

-feira na CRE, Eduardo Braga (PMDB-AM) estimou em 4.500 o número de haitianos no Amazonas, grande parte deles vivendo nas ruas.

Em Plenário, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que muitos desses haitianos são vítimas dos chamados coiotes, que cobram para trazer os migrantes ao Brasil. Em alguns casos, segundo a senadora, alguns haitianos não têm como pagar o preço exigido pelos coiotes — que pode chegar a US\$ 6 mil — e acabam sendo vítimas do tráfico de órgãos.

Para discutir o problema, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas, da qual a senadora é presidente, aprovou na quinta-feira da semana passada requerimento para a realização de audiência pública em Manaus.

O evento, com data provável de 5 de março, será realizado em conjunto com a CRE e com a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. A intenção, explicou a parlamentar, é ouvir não só autoridades, mas também o máximo possível de migrantes haitianos.

### Site do Senado ficará fora do ar neste fim de semana

Entre a 0h deste sábado e as 23h59 de domingo, o Portal do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) ficará indisponível, devido a manutenção que será realizada pela

Secretaria de Informática do Senado (Prodasen).

O acesso ao site do Senado será retomado a partir da 0h de segunda-feira, 20 de fevereiro.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

### Plenário

Discursos parlamentares

9h

Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Pedro Simon (PMDB-RS).

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, foi aprovada ontem pela CRE por sugestão de seu presidente, Fernando Collor de Mello

### Comissão aprova mudança em estatuto militar

O Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80) poderá ser modificado para incluir a esclerose múltipla no rol de doenças consideradas incapacitantes.

A proposta (PLC 127/11) foi aprovada ontem pela CRE. Encaminhada ao Congresso pela Presidência da República, o projeto ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), ressalta, em seu parecer, argumento do Ministério da Defesa de que a esclerose múltipla já é incluída na Lei 8.112/90 como doença grave passível de aposentadoria para o servidor civil por invalidez permanente.

### Equivalência

Na opinião de Crivella, portanto, é injustificável a ausência de tratamento equivalente no Estatuto dos Militares.

“Não há dúvidas de que a esclerose múltipla é uma doença grave, com potencial de levar à incapacidade permanente o servidor civil ou militar. Cuida-se de enfermidade neurológica autoimune crônica do sistema nervoso central, que atinge sobretudo o jovem adulto e pode causar diversas sequelas no cérebro, medula espinhal e nervo óptico”, assinala o parlamentar em seu relatório.

O senador argumenta que a legislação federal reconhece a gravidade dessa doença, tanto para aposentadoria e reforma como para isenção fiscal.

— Esse reconhecimento, entretanto, é realizado de modo imperfeito no que diz respeito à reforma de militar, pois o servidor militar não é beneficiado por ele no plano federal — acrescenta.



Fernando Collor (D) recebe sugestão de Eduardo Suplicy (3ª à esq.) para que o ministro também trate do caso da blogueira cubana Yoani Sánchez

## Patriota debaterá política externa e cenário internacional em março

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Antonio Patriota, participará em 15 de março de debate com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre os rumos da política externa brasileira, o cenário internacional e os preparativos para a conferência Rio+20, a ser realizada em junho, no Rio de Janeiro. A data da presença do ministro foi confirmada pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), autor da proposta de realizar a audiência pública.

Entre os temas que estarão em pauta, deverá constar a decisão do governo do Reino Unido de enviar às Ilhas Malvinas o navio de guerra Dauntless, um dos mais modernos da Marinha Real britânica, no momento em que se observa o trigésimo aniversário da guerra entre o Reino Unido e a Argentina pela

posse do arquipélago. O tema foi sugerido na reunião de ontem por Pedro Simon (PMDB-RS), que manifestou ainda preocupação com a possibilidade de envio à região de um submarino nuclear pelo governo britânico.

— Qual é o motivo de uma possessão inglesa ao lado da Argentina? Além disso, é um ato infeliz enviar um príncipe para vir treinar nas ilhas, tendo tanto lugar para ir — afirmou Simon, em referência à decisão britânica de mandar o príncipe William, neto da rainha Elizabeth II, para treinamento militar na região das Malvinas.

Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o Brasil tem “ótimo relacionamento” com a Argentina e com o Reino Unido, que divergem sobre a soberania das ilhas, e que o Brasil poderia vir a exercer o papel de intermediário no diálogo entre os dois países.

Suplicy propôs ainda que se discuta com o ministro a possibilidade de o governo cubano liberar a visita ao Brasil, em abril, da blogueira cubana Yoani Sánchez.

Antes da recente viagem a Havana da presidente Dilma Rousseff, o governo brasileiro emitiu visto para o ingresso no país de Yoani, mas a blogueira não foi autorizada a sair de Havana pelo governo cubano. Ele pediu ainda a Dilma que recomende, em seu próximo encontro com o presidente norte-americano, Barack Obama, o fim do embargo econômico contra Cuba.

Por sua vez, Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que Patriota trate também do cenário internacional, especialmente dos conflitos na Síria, da chamada Primavera Russa e da proliferação nuclear.

### Senado vai checar preparativos para a Rio+20

A comissão aprovou requerimento de Collor sugerindo diligências na cidade do Rio de Janeiro para acompanhar os preparativos da conferência Rio+20. Como informou o senador, representantes do colegiado já estiveram duas vezes no Rio para acompanhar os preparativos e retornaram a Brasília “bem impressionados com ritmo das obras”. Collor recordou que estarão na cidade, para acompanhar o evento, cerca de 50 mil visitantes credenciados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e 200 mil interessados no tema.

Ainda a respeito da conferência, foi aprovado pela comissão requerimento de Cristovam Buarque solicitando realização de audiência pública com a presença de Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20. A presença do diplomata chinês no Senado, antes da conferência, será “extremamente importante”, na avaliação do senador. Outro requerimento aprovado, este de autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pede a realização de audiência pública, em Manaus, da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Tráfico de Pessoas, com a participação da CRE, sobre o tráfico de haitianos para o Brasil.

Navio da Marinha Real a caminho das Malvinas: Brasil poderá intermediar o conflito entre Argentina e Reino Unido



Keith Morgan/Royal Navy

## Collor pedirá indicações para comissão dos brasiguaios

Uma comissão externa será encarregada de visitar o parlamento do Paraguai e acompanhar a situação dos chamados brasiguaios — agricultores brasileiros que têm sofrido ameaças de invasão de terras no país vizinho. O presidente da CRE, Fernando Collor, anunciou que solicitará às lideranças partidárias as indicações dos

cinco senadores que deverão integrar o grupo.

De acordo com o parlamentar, cerca de 150 mil brasiguaios têm enfrentado a pressão de movimentos sociais paraguaios que questionam a legitimidade da posse de terras pelos brasileiros.

Uma lei de 2005 proíbe a venda a estrangeiros de terras paraguaias a menos de 50 qui-

lômetros das fronteiras, mas a mesma lei garante o direito de quem havia adquirido as terras antes da sua publicação.

— Fui informado de que a presidente Dilma Rousseff já designou a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para coordenar um grupo de trabalho juntamente com o governo paraguaio, com o objetivo de chegar

a um entendimento — afirmou Collor.

Sérgio Souza (PMDB-PR) sugeriu mais dois temas para os debates da CRE: o Proantar, programa de monitoramento de mudanças climáticas no continente Antártico, e a “crescente tensão” entre a Argentina e o Reino Unido em relação à soberania das Ilhas Malvinas.

Os ministros do Supremo também decidiram ontem que integrantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo que recorreram à renúncia para escapar de uma possível cassação são inelegíveis

## STF confirma validade da Lei da Ficha Limpa

O SUPREMO TRIBUNAL Federal (STF) confirmou ontem à noite, por 7 votos a 4, a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Com a leitura do voto do ministro Ayres Britto, na tarde de ontem, foram alcançados 6 votos a favor da validade da norma, garantindo a maioria, antes mesmo da conclusão do julgamento. O STF é composto por 11 ministros.

Manifestaram-se a favor da Ficha Limpa, além de Ayres Britto, Luiz Fux, Joaquim Barbosa, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello.

Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Cezar Peluso votaram pela inconstitucionalidade.

A Lei da Ficha Limpa alterou a Lei de Inelegibilidades (Lei

Complementar 64/90) para prever novas hipóteses e prazos de impedimento ao registro de candidatos a cargos eletivos. O julgamento desta semana, iniciado em novembro, trata das ações declaratórias de constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.578.

A maioria dos ministros rejeita a alegação de que a lei contraria os princípios da não retroatividade, ao tornar candidatos inelegíveis por atos anteriores à sua entrada em vigor (junho de 2010), e da presunção de inocência, ao levar em conta decisões judiciais ainda passíveis de recurso. O argumento é de que a inelegibilidade não tem caráter de pena e, por isso, tais princípios não se aplicam ao caso da Ficha Limpa.

A posição que deve sair vito-

riosa é a do relator das ações, Luiz Fux, que fez uma única ressalva à norma. Para Fux, a previsão de inelegibilidade dos condenados em decisão colegiada por oito anos após o cumprimento da pena é desproporcional. Os ministros concordaram que, desse período, deve ser descontado o tempo entre a condenação e o trânsito em julgado da sentença.

Os ministros também confirmaram a validade da alínea que estabelece a inelegibilidade dos chefes do Executivo e integrantes do Legislativo que renunciam para escapar de processos de cassação. O dispositivo era questionado com base no argumento de que não se poderia prejudicar pessoas por ato que, à época da renúncia, não tinha como consequência a inelegibilidade.

## Suplicy debate com tucanos sobre eleições municipais de São Paulo

A demora do ex-governador José Serra em lançar-se como candidato do PSDB à prefeitura de São Paulo foi mote para debate e provocações bem humoradas entre Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Alvaro Dias (PSDB-PR). O petista apresentou charge de Jean Galvão publicada ontem na *Folha de S.Paulo*, na qual Serra aparece indeciso sobre o caminho a tomar e acaba batendo em um poste.

— Mas o importante é que a população de São Paulo possa escolher de forma democrática — disse Suplicy.

Aloysio respondeu dizendo que foi Suplicy quem bateu em um poste “chamado Lula”, ao ter sido preterido em sua expectativa de governar a capital paulista, por desejo do ex-presidente. Alvaro disse que, no PT, as escolhas só são feitas de acordo com a vontade de Lula e, por isso, o ex-ministro da Educação Fernando Haddad foi escolhido como pré-candidato do PT à prefeitura. Sobre Serra, disse entender que “a decisão já foi tomada, falta apenas o anúncio”.

— Eu pessoalmente não sei, mas ele [Serra] certamente já sabe. São Paulo ganharia muito com a candidatura dele, que será anunciada em momento oportuno — disse Alvaro.

Suplicy afirmou ter desistido das prévias somente após ter ouvido de Haddad o compromisso de encampar



O senador petista defendeu a adoção de prévias eleitorais partidárias

sua bandeira de implantação na cidade da renda básica de cidadania.

### Prévias eleitorais

Os senadores concordaram, porém, em relação à adoção de prévias eleitorais partidárias para a escolha de seus candidatos. Suplicy defendeu o sistema do Partido Socialista francês, que abre a escolha a qualquer cidadão que seja simpatizante das bandeiras defendidas pela agremiação. A sugestão foi dada à Executiva Nacional do PT, porém, o presidente do partido, Rui Falcão, respondeu que sua adoção só seria possível nas próximas eleições.

No mesmo pronunciamento, Suplicy leu artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, no qual os advogados José de Oliveira e Rodrigo del'Áqua negam que haja manobras protelatórias no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do caso do mensalão, cuja prescrição ocorre em 2015.

## Alvaro Dias reclama transparência nos projetos da Lei Rouanet

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), apresentou ontem dados da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que mostram falhas e irregularidades na fiscalização e no acompanhamento de projetos culturais beneficiados com incentivos pela Lei Rouanet. Ele apresentou à Mesa do Senado projeto de lei (PLS 22/12) com o objetivo de aumentar a transparência desses projetos.

— O Senado não pode ignorar essa situação de incúria gerencial-administrativa. São mais de 8 mil processos de prestação de contas de projetos culturais envolvendo uma cifra de R\$ 3,8 bilhões — afirmou o senador.

Alvaro disse que o Ministério da Cultura é incompetente na fiscalização de projetos culturais, cujos benefícios somam R\$ 3,8 bilhões. Segundo ele, o TCU constatou que o Ministério da Cultura não verifica como o recurso público está sendo gasto, nem examina notas fiscais



O senador apresenta projeto de lei para aumentar a transparência

ou demais comprovantes de despesa para fins de liberação dos incentivos fiscais, entre outras irregularidades.

De acordo com o senador, a auditoria do TCU apontou mais de 8 mil projetos artísticos que foram financiados por meio da renúncia fiscal pela Lei Rouanet, mas que estão sem análise de execução.

Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) elogiou o pronunciamento do colega e afirmou que o Parlamento precisa discutir a “qualidade dos gastos públicos”.



Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Celso de Mello: julgamento foi iniciado em novembro passado

## Simon a Dilma: adote Ficha Limpa no Executivo

A presidente da República, Dilma Rousseff, deveria aproveitar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que confirmou a aplicação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) no processo eleitoral e adotar o mesmo critério na escolha de autoridades para o Executivo.

A sugestão foi feita pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem a adoção do critério da Ficha Limpa nesse caso seria a melhor resposta a ser dada por Dilma à “boataria” da imprensa que aponta a substituição de alguns membros da Comissão de Ética da Presidência da República, após o colegiado ter recomendado investigação sobre o ministro do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a respeito de denúncias de irregularidades.

— Duvido que o governo se prestaria a um ato como esse. Quem sairá mal não é a comissão de ética. Quem sairá mal é o governo. Não acredito que a presidente, num ato grosseiro, vulgar, vá tirar três, quatro membros da comissão — afirmou.

Simon lembrou que a Comissão de Ética Pública já fora criticada por não investigar um “assunto que está há meses nas manchetes dos jornais”.

O senador também destacou a “dignidade e seriedade” do titular da comissão, o ex-procurador-geral da República e ex-presidente do Supremo,



Simon não acredita em interferência na Comissão de Ética Pública

Sepúlveda Pertence.

— Cá para nós, é o mínimo que ela [a comissão] pode fazer. Depois que [o assunto] saiu da manchete, a comissão de ética resolveu investigar. Pois acho que ela está certa — opinou.

Os senadores Luiz Henrique (PMDB-SC), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Souza (PMDB-PR) cumprimentaram Simon pelo pronunciamento.

Embora o Supremo tenha reconhecido o poder do Conselho Nacional de Justiça de investigar juízes sob suspeição, senadores querem explicitar esse poder na Constituição



Gilmair Félix/Agência CNJ

A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, no dia 14, quando o CNJ reconheceu a legalidade da decisão do TRT de Pernambuco de descontar dos salários dos servidores os dias parados em greve de 2011

## Senado debaterá poderes do CNJ no dia 28

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, no dia 28, audiência pública para orientar a votação de proposta de emenda à Constituição (PEC 97/11) que explicita e amplia as competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria Nacional de Justiça. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reconhecido em julgamento recente a prerrogativa do CNJ para abrir investigação contra juízes sob suspeição, os senadores entendem que o assunto deve constar da Constituição — e de maneira mais abrangente.

Foi convidada para essa audiência pública a atual corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon. Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ela está no centro do debate sobre o CNJ desde



Randolfe Rodrigues (E), relator, concorda com Demóstenes Torres (D), autor de proposta que amplia competência do CNJ

que entrou em conflito com associações de magistrados por defender o poder do conselho de agir independentemente de tribunais e suas corregedorias

quanto à análise de denúncias e processos contra juízes.

Também foram convidados o ex-presidente do Supremo, Nelson Jobim, e o juiz do trabalho

Paulo Schmidt, vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

Apresentada por Demós-

tenes Torres (DEM-GO), a PEC 97/11 já conta com voto favorável do relator, Randolph Rodrigues (PSOL-AP), que elaborou substitutivo condensando o texto da proposta e de emenda apresentada por Humberto Costa (PT-PE).

Randolfe, no texto, confere poderes ao CNJ para aplicar as penas de perda do cargo e de cassação de aposentadoria aos juízes que cometerem irregularidades graves. Os mesmos poderes são conferidos ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no exame dos atos de procuradores e promotores.

“Vitaliciedade não pode ser sinônimo de impunidade. É necessário prever meios eficazes de destituir de funções tão importantes pessoas que não são dignas de as exercerem”, avalia o relator.

### Proposta sugere “inovações substanciais”, diz Randolfe

Ao mesmo tempo em que reafirma e detalha competências do CNJ já estabelecidas pela Constituição, a PEC 97/11 “introduz inovações substanciais no texto constitucional”, ressalta Randolph Rodrigues. Uma delas é permissão para o chefe da Corregedoria Nacional de Justiça requisitar perícias, informações e documentos — inclusive sigilosos — de autoridades fiscais e monetárias e a paralisação de processos de natureza disciplinar em curso nos tribunais caso o CNJ comece a investigar um magistrado sob suspeição.

O autor da PEC, Demóstenes Torres, recorda que o CNJ foi criado pela Emenda 45/04 (Reforma

do Judiciário) com a missão de exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

“Sabidamente os tribunais não estavam, nesse tema, funcionando adequadamente. A competência, assim disposta na Constituição, é expressamente concorrente, e não subsidiária, porque não pode o conselho conhecer da reclamação disciplinar e não julgá-la. Compete ao CNJ receber e julgar as reclamações, e não aguardar que o tribunal de origem julgue nem tampouco devolver a esse tribunal para que processe e julgue”, argumenta.

### Emenda estende competências a conselho do Ministério Público

A emenda proposta por Humberto Costa à PEC do CNJ estende ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) as mesmas prerrogativas definidas para o de Justiça. Assim, a corregedoria do MP poderá instaurar e julgar, de ofício ou a pedido de qualquer cidadão, processos administrativos disciplinares contra membros do Ministério Público ou servidores de seus serviços auxiliares e aplicar — além das penas já previstas na Constituição — advertência e censura, inclusive a órgãos superiores e a seus integrantes.

Tanto a PEC 97/11 como a emenda de Humberto Costa procuraram deixar clara a competên-

cia concorrente e autônoma do CNJ e do CNMP, respectivamente, frente às corregedorias dos tribunais para processar e julgar juízes e membros do MP denunciados por desvio de conduta.

“Existe o risco de que as mesmas interpretações tendenciosas desenvolvidas para reduzir as competências do CNJ venham a surgir relativamente ao CNMP. O movimento de setores organizados contra a atuação do CNJ é uma clara demonstração de que a atuação desse órgão incomoda determinados segmentos que, até o advento do conselho, pareciam imunes a todo tipo de controle ou fiscalização”, pondera Humberto.

Fundação Getúlio Vargas registra 157.939 inscritos para as 246 vagas da seleção pública. A área de processo legislativo teve o maior número de interessados

## Concurso do Senado tem média de 642 candidatos por vaga

A FUNDAÇÃO GETÚLIO Vargas (FGV), organizadora do concurso público para o Senado, divulgou ontem o número de candidatos inscritos para as provas. A relação está disponível no *site* da FGV. No total, 157.939 candidatos disputarão as 246 vagas oferecidas no concurso, o que dá uma média de 642 candidatos por vaga.

Do total de candidatos, 63.194 se inscreveram para os cargos de analista legislativo e 62.703 para os cargos de técnico legislativo. Os cargos de consultor e de policial legislativo

registraram, respectivamente, 8.607 e 23.435 inscrições.

A área de processo legislativo é a que tem o maior número de inscritos: cerca de 29 mil para o cargo de técnico e de 23 mil para o cargo de analista. Em seguida, aparece a área de administração.

Os cargos que registraram menor número de inscritos foram o de consultor legislativo na área de Economia do Trabalho, Renda e Previdência e de analista legislativo na área de Medicina, especialidade Pneumologia.

### Disputa acirrada

O arquivo PDF com a relação completa do número de inscritos em cada uma das 64 especialidades do concurso pode ser baixado em <http://bit.ly/vagasenado>

CARGO	VAGAS	INSCRITOS
Consultor legislativo	9	8.607
Policial legislativo	25	23.435
Analista legislativo	133	63.194
Técnico legislativo	79	62.703
<b>TOTAL</b>	<b>246</b>	<b>157.939</b>

Foto: Fundação Getúlio Vargas

## Randolfe se opõe a previdência complementar para servidor

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou ontem preocupação com o Projeto de Lei (PL) 1.992/07, que institui o regime de previdência complementar para o servidor público federal. O projeto, de autoria do Executivo, está em tramitação na Câmara dos Deputados e, se aprovado, vai ser analisado pelo Senado.

Segundo Randolfe, parte da grande mídia construiu o mito de que a previdência do servidor gasta demais e é deficitária. Ele citou matéria da *Folha de S. Paulo*, de março do ano passado, que mostra um suposto déficit da previdência do servidor. Para o senador, a matéria analisa a previdência pública fora de contexto. Randolfe explicou que a Constituição inseriu a previdência do servidor no contexto da seguridade social. Quando analisada

separadamente, vê-se o saldo superavitário da previdência do setor público.

O senador informou que o número de servidores federais vem caindo — de 991 mil em 1994 para 970 mil em 2010 —, os gastos do governo com servidor também têm diminuído: de 4,89% do produto interno bruto (PIB) em 2009 para a previsão de 4,15% em 2012.

Segundo Randolfe, na justificativa do próprio PL 1.992, o governo admite que os gastos vão aumentar com a nova forma de previdência pública. Na visão dele, a criação de um fundo de pensão significa a flexibilização do papel do Estado na responsabilidade de garantir a previdência pública.

— Os parlamentares do PSOL são contra esse projeto, pois se trata da privatização da previdência pública — afirmou o senador.

## Raupp diz que Ferrovia Transcontinental começa a sair do papel e terá 4.400 km

Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a tratar dos modais de transporte que demandam investimentos no país e em seu estado, Rondônia, dessa vez para defender a construção da Ferrovia Transcontinental, que ligará o Rio de Janeiro a Rondônia, passando por mais quatro estados.

Quando concluído, o percurso totalizará 4.400 quilômetros em território brasileiro. O Peru já adotou medidas legais para priorizar a ligação de seus portos à fronteira com o Brasil, conectando os oceanos Atlântico e Pacífico na América do Sul.

— Tudo indica que a primeira transcontinental latino-americana deixará de ser um sonho grandioso — declarou.

Raupp lembrou ter sido relator da Medida Provisória 427/08, cujo objetivo era modernizar o modal ferroviário, além de incluir Rondônia no sistema ferroviário nacional.

O primeiro trecho da ferrovia, de Campinorte (GO) a Lucas do Rio Verde (MT), está com obras autorizadas e previsão de conclusão para o fim de 2014. Concluída, a ferrovia transportará 20 milhões de toneladas de carga por ano, escoando a produção nacional, em especial as *commodities* cultivadas no Centro-Norte do país, com custo de transporte mais baixo.



Senador comemora empréstimo a Rondônia

— O Brasil é a sexta economia mundial e precisa dispor de malhas ferroviária, hidroviária e rodoviária condizentes com a posição que ocupa no cenário internacional — disse.

O senador também comemorou a aprovação de empréstimo de R\$ 542 milhões, a ser celebrado entre Rondônia e o BNDES, para investimentos em infraestrutura, educação e formação de recursos humanos, entre outros. Raupp disse estar se empenhando para que Rondônia tenha agenda positiva em 2012.

— Tivemos, no ano passado, uma agenda altamente negativa. Foi um ano, não vou dizer que para se excluir de nossa história, mas para se esquecer um pouco daquilo que de ruim aconteceu ou tirar proveito para se promover uma agenda positiva para o ano de 2012.

## Cassol rebate acusações sobre dívidas do governo de Rondônia durante sua gestão

Ivo Cassol (PP-RO) rebateu representantes do atual governo de Rondônia, que, em audiência na assembleia legislativa daquele estado, terça-feira, teriam acusado sua gestão de ser responsável por uma dívida de mais de R\$ 500 milhões. Cassol governou Rondônia de 2003 a 2010.

A audiência teve a finalidade de discutir a possibilidade de um empréstimo de R\$ 542 milhões no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O secretário da Casa Civil de Rondônia, Juscelino Amaral, afirmou que o atual governo herdou uma dívida estadual de R\$ 240 milhões, mais R\$ 300 milhões de prejuízo da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia. Cassol posicionou-se contra o empréstimo, alegando que o estado não tem condições de se endividar ainda mais.

— No meu estado, a gestão está um desastre. Uma sem-vergonhice, uma roubalheira. Tanto que foi tanta gente para a cadeia, até assessor particular do governador — acusou o senador.

Segundo Cassol, nada foi feito em Rondônia pelo atual governo. Ele afirmou que não é contra a captação de recursos para investimentos e obras, mas não vê justificativa para novo empréstimo, quando R\$ 289 milhões em financiamentos já foram aprovados e ainda não utilizados. Um parecer da Secretaria do Tesouro Nacional atestaria que Rondônia não tem crédito suficiente para novos empréstimos.



Senador governou Rondônia de 2003 a 2010

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

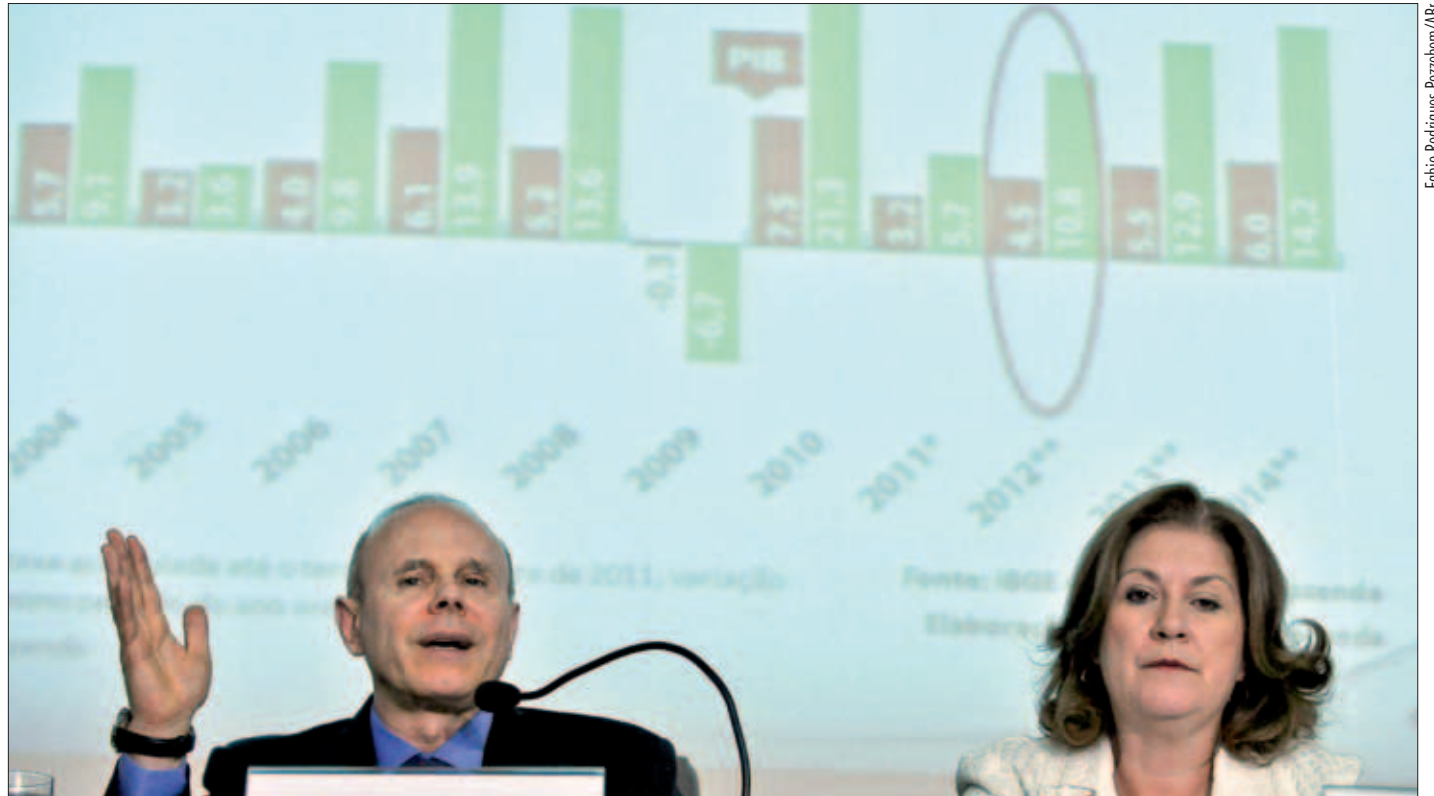
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Senadores reclamam de corte no Orçamento

Senadores criticaram o contingenciamento de R\$ 55 bilhões do Orçamento de 2012, anunciado pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior. Das áreas que perderam verbas, a saúde foi a mais afetada. Todas as emendas parlamentares foram congeladas. Cristovam Buarque afirmou que o governo ignora o Congresso, o responsável por aprovar todos os anos o projeto do Orçamento. Romero Jucá, por outro lado, defendeu o governo. Disse que o contingenciamento é sinal de responsabilidade fiscal.



Mantega e Miriam Belchior anunciam contingenciamento de R\$ 55 bilhões, que afeta sobretudo a saúde; todas as emendas parlamentares foram congeladas

## Na avaliação de Vanessa, corte foi profundo demais

“O PCdoB entende que o congenciamento procura criar condições para diminuir as taxas reais de juros, mas, por conta de uma série de características da economia brasileira, não haveria necessidade de um corte tão profundo”, afirmou Vanessa Grazziotin (AM).

Ela explicou que o corte, de acordo com o governo, é necessário para atingir o superávit primário do setor público, cuja meta para este ano é de quase R\$ 140 bilhões. O valor contingenciado deverá ser destinado ao pagamento de juros da dívida pública. Os juros da dívida interna, informou, consomem anualmente 5% do produto interno bruto (PIB), “uma despesa financeira absurda”, causada pela “mais alta taxa básica de juros reais do mundo”.

Vanessa destacou que as metas de superávit primário foram introduzidas no Brasil por orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1999 e disse considerá-las “um sério obstáculo à realização das demandas de seu partido ao setor público”: educação de qualidade, saúde, habitação e valorização do funcionalismo, entre tantas outras.

## Aloysio quer Lei de Responsabilidade Orçamentária

“Os cortes demonstram que o trabalho do Congresso para aprovar a peça orçamentária é em vão”, afirmou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que chamou o Orçamento de “lei para inglês ver” e “peça de ficção”.

— Os poderes de legislar e de fiscalizar do Congresso estão esvaziados pelo controle que o Executivo exerce, pelas medidas provisórias, pelo abafamento das investigações.

Para Aloysio, o contingenciamento tem, entre outros, o objetivo de negociar votos de parlamentares em troca da liberação de emendas “no varejo”. A situação, segundo o senador, é mais grave porque as emendas são uma das formas de legitimação dos parlamentares perante o eleitorado.

Ele criticou os cortes nas pastas da Justiça, Defesa e Cidades e contestou a afirmação de que áreas como educação e saúde não sofreriam cortes. Como exemplo, citou as negociações para a aprovação da regulamentação da Emenda 29, definindo o que são considerados gastos em saúde. Aloysio defendeu a aprovação do PLS 229/09 — Complementar (projeto da Lei de Responsabilidade Orçamentária), em tramitação na CAE.

## Para Sérgio Souza, Executivo está legislando

Especialmente pelo anúncio de que todas as emendas parlamentares foram incluídas no contingenciamento, Sérgio Souza (PMDB-PR) lamentou ontem o corte de R\$ 55 bilhões no Orçamento da União.

O senador defendeu a prerrogativa do Legislativo para discutir o Orçamento e propor emendas e criticou o mecanismo de emendas ao Orçamento, que, em sua opinião, aliena o parlamentar e frustra a independência dos Poderes.

— Elas são usadas, na maioria das vezes, como moeda de troca em grandes votações. Tanto o Parlamento se submete a isso como o governo se utiliza dessa prerrogativa, dessa artimanha, para conseguir lograr êxito na aprovação de projetos que já seriam dever do parlamentar aprovar ou analisar — avaliou.

Ao comentar pronunciamentos de senadores do PSDB criticando os cortes nas emendas, Souza salientou que essa prática foi usada por todos os governos. Ele afirmou que deve prevalecer a vontade do povo, que elegeu o Legislativo.

— Hoje vemos o Executivo constantemente legislando e nos deparamos também com o Poder Judiciário legislando.

## Governo ignora o Congresso, afirma Cristovam

O fato de o corte de R\$ 55 bilhões no Orçamento não ter sido debatido com os parlamentares levou Cristovam Buarque (PDT-DF) a afirmar que o Executivo “ignora completamente” o Congresso. A atitude do governo, a seu ver, revela a fragilidade das instituições brasileiras.

— Nós temos um Executivo autoritário do ponto de vista fiscal, financeiro e orçamentário. E isso fere as instituições nacionais — disse.

Instituições se consolidam quando têm credibilidade perante a opinião pública, disse Cristovam. No caso brasileiro, por exemplo, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de confirmar a validade da Lei da Ficha Limpa fortalece o Judiciário. Por outro lado, o caso de um desembargador que recebeu como punição a aposentadoria integral compulsória faz justamente o contrário.

Para Cristovam, as instituições brasileiras ainda são muito frágeis e uma das causas é a desigualdade social, inclusive dentro do setor público.

— A desigualdade entre uma parcela da sociedade e a outra inviabiliza a solidificação das nossas instituições — afirmou.

## Emendas devem ser liberadas em junho, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) falou do anúncio, feito pelo governo federal, de que os investimentos no país em 2012 serão aumentados. De acordo com o senador, o investimento chegará a 20,8% do produto interno bruto (PIB) neste ano, aumento de 11% em relação ao ano passado.

— Temos de chegar aos 25% para dar sustentação econômica ao crescimento que esperamos do país — afirmou o líder do governo, acrescentando que esses investimentos atenderão principalmente programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em pronunciamento, o parlamentar comentou o anúncio do contingenciamento do Orçamento, no valor total de R\$ 55 bilhões. Jucá afirmou que o contingenciamento “tem se tornado uma praxe ao longo dos anos, porque o governo brasileiro tem de fazer um superávit primário alto, de 3,8% do PIB”.

O senador disse que o valor contingenciado foi alto, uma vez que o governo tem responsabilidade fiscal e, como não sabe qual será o comportamento da arrecadação, “não pretende gastar aquilo que não arrecada”.

Com a expectativa de excesso de arrecadação “que todos os anos ocorre no país”, o líder do governo previu que as emendas serão liberadas a partir de junho.



“Metas tiram recursos da área social”



Aloysio considera que lei é “ficção”



Souza lamenta corte de emendas



Para senador, desigualdade é a causa

Déficit do Brasil na balança do turismo em 2010 chegou a US\$ 14,4 bilhões, segundo o senador, que considera inaceitável esse resultado para um país que tem maravilhas em todo o seu território

## Luiz Henrique cobra superávit no turismo

AO MANIFESTAR PREOCUPAÇÃO com os crescentes déficits acumulados pela balança brasileira de turismo ao longo dos últimos anos, Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a formulação urgente de uma política que transforme o país em destino mais atrativo para estrangeiros.

Citando estudo do economista catarinense Fernando Marcondes de Mattos, o senador considerou que o Brasil tem tido uma participação “pífia” no turismo mundial, recebendo em 2010, por exemplo, apenas 5 milhões de turistas e gerando uma renda de somente US\$ 5 bilhões.

— A maior nação do continente sul-americano está posicionada no modestíssimo



Senador lamenta que Brasil seja o 7º no ranking de turismo das Américas

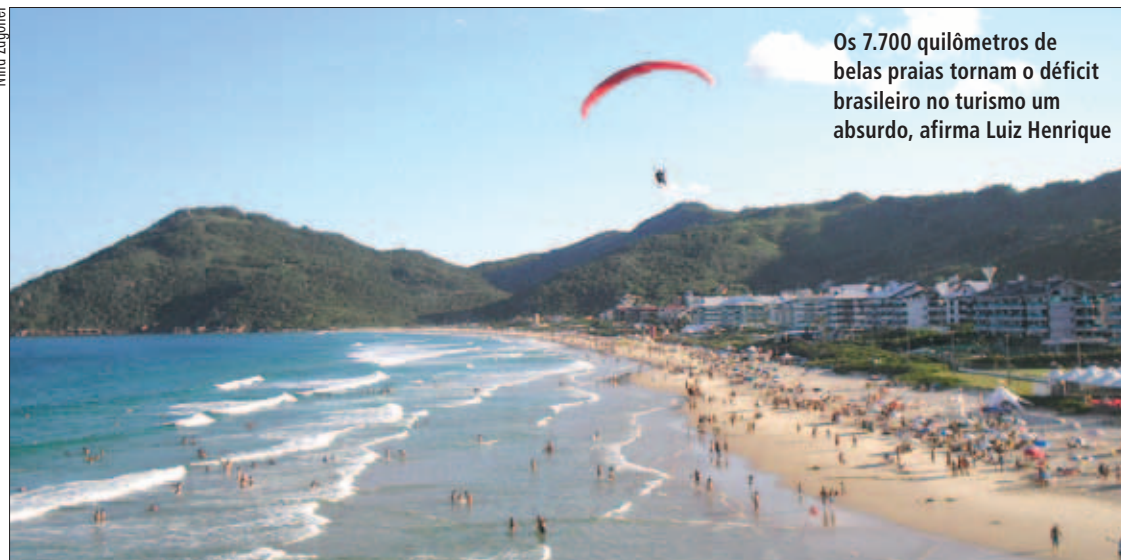
52º lugar no ranking mundial dos destinos turísticos e colocado, incrível este dado, em apenas sétimo lugar entre os países das Américas — disse.

Na avaliação de Luiz Henrique, o Brasil deveria receber não menos do que 10 milhões

de pessoas por ano, o que lhe renderia uma receita de US\$ 10 bilhões, com geração de 100 mil novos empregos diretos e 300 mil empregos indiretos.

De acordo com o parlamentar, em 1994, quando nasceu o real, o déficit da balança de turismo foi de US\$ 1,2 bilhão; em 1997 subiu para US\$ 4,4 bilhões; em 2009 foi para US\$ 5,6 bilhões; em 2010 alcançou US\$ 10,5 bilhões; e em 2011 chegou a US\$ 14,4 bilhões.

— É um número absurdo, inaceitável num país que tem maravilhas em todo o seu território e 7.700 quilômetros de praias belíssimas, além de serras, campos e florestas — lamentou, prevendo que o déficit poderá superar a casa dos US\$ 20 bilhões em 2012.



Os 7.700 quilômetros de belas praias tornam o déficit brasileiro no turismo um absurdo, afirma Luiz Henrique

## Viana defende aprovação de nova Defesa Civil

Jorge Viana (PT-AC) cobrou a aprovação do projeto que reorganiza o Sistema Nacional de Defesa Civil e o Fundo Especial para Calamidades Públicas (PLS 745/11).

A proposta foi apresentada pela Comissão Temporária de Defesa Civil, numa tentativa de priorizar ações preventivas de Defesa Civil e evitar os danos humanos e materiais sofridos a cada catástrofe natural.

O pedido de rapidez na votação do projeto foi motivado, disse o senador, pela situação de emergência decretada



Viana diz que país deve se preocupar com a prevenção das calamidades

ontem pela prefeitura de Rio Branco. Viana informou que mais de 5 mil pessoas passam por dificuldades na capital

devido à cheia do rio Acre.

O nível de água do rio está 2,3 metros acima do normal e já tirou de suas casas 300 famílias.

— A cada ano temos o mesmo problema acontecendo com milhares de famílias e o Brasil teima em não estruturar suas condições para lidar com essa situação — reclamou.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) se solidarizou com os moradores de Rio Branco e disse que seu estado, o Paraná, também está em situação de emergência por causa de uma forte seca.



Valadares quer notificação obrigatória de defeitos em próteses e implantes



Humberto defende que SUS e plano de saúde troquem implante defeituoso

## Propostas garantem direitos de usuários de próteses e implantes

Dois projetos em tramitação no Senado criam uma série de direitos e garantias aos portadores de próteses, órteses e implantes de uso médico ou odontológico.

O primeiro projeto (PLS 14/12), do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), institui mecanismos de controle e monitoramento desses produtos e determina a notificação compulsória em casos de defeitos detectados.

O outro projeto (PLS 17/12), do senador Humberto Costa (PT-PE), obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) e os planos privados de saúde a custear a substituição de próteses e órteses defeituosas, mesmo as que tenham função estética.

O projeto de Valadares foi apresentado a partir de uma

constatação: o índice de falha em implantes metálicos de quadril, que era de aproximadamente 5% na década de 1960, nos Estados Unidos, caiu para 0,01% hoje. A melhoria dos indicadores de falha, na avaliação do parlamentar, está diretamente associada à observação de rigorosos procedimentos de retirada, notificação e análise nos Estados Unidos.

### Silicone

O projeto de Humberto Costa altera a Lei 9.656/98, que regula os planos privados de saúde. O parlamentar citou as recentes denúncias sobre a ocorrência de problemas de saúde em mulheres submetidas a implantes de próteses mamárias de silicone da empresa francesa PIP e da holandesa Rofil.

## Projeto reduz tempo de contribuição para aposentadoria de dona de casa

Depois de conquistar o direito de contribuir para a Previdência Social como seguradas facultativas, em setembro do ano passado, as donas de casa de baixa renda poderão contar com período de carência menor para solicitar aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo.

Atualmente, a Lei 8.213/91 exige carência de 15 anos de contribuição para essa finalidade. Mas projeto (PLS 370/11) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pretende reduzir essa exigência para no mínimo cinco anos de contribuição.

Os requisitos exigidos pelo projeto são: dedicação

exclusiva ao trabalho doméstico em sua própria residência e comprovação de insuficiência de renda.

A proposta está pronta para ser votada, terminativamente, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Substitutivo de Ana Amélia (PP-RS) preservou a redução de carência, de acordo com uma tabela pela qual o prazo mínimo estaria acessível à segurada especial que tiver completado cinco anos de contribuição em 31 de dezembro de 2011, ou em 2012. Um escalonamento no tempo de contribuição é proposto até 2021, quando se alcançaria o teto de 120 meses para aposentadoria por idade.

## Oposição pede que procuradoria investigue ministro das Cidades

O DEM e o PSDB entraram na quarta-feira com representação na Procuradoria-Geral da República pedindo abertura de investigação contra o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. A oposição acredita que há indícios de improbidade administrativa por parte do ministro.

No documento, os líderes

Demóstenes Torres (DEM-GO) e Alvaro Dias (PSDB-PR) pedem que se investiguem duas denúncias, em especial: a de que o ministro seria dono de emissoras de rádio na Paraíba; e sua suposta sociedade com duas construtoras do estado. Se confirmadas as acusações, a oposição lembra que tais informações foram omitidas pelo

ministro à Justiça Eleitoral em 2010, ano em que concorreu ao cargo de deputado federal.

Segundo matéria publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 5 de fevereiro, Aguinaldo Ribeiro é dono de duas emissoras de rádio no interior da Paraíba registradas em nome de seu ex-contador e de um assessor pessoal. “É óbvio

que agindo assim o ministro atentou contra os princípios da honestidade e da lealdade que norteiam a administração pública, o que, nos termos do referido artigo 11 da Lei 8.429, constitui ato de improbidade administrativa”, dizem Demóstenes e Alvaro.

Aguinaldo Ribeiro já respondeu a processos por improbi-

dade administrativa durante sua gestão na Secretaria de Agricultura da Paraíba, entre 1998 e 2002. A oposição também acredita que ele omitiu o fato de ser dono de empresas imobiliárias que negociam imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida, cuja execução está diretamente ligada ao Ministério das Cidades.